



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Controladoria Geral da União - CGU
2003/2004

Analista de Finanças e Controle

Prova 2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - **Não** amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

| Disciplinas | Questões | Peso |
|--|----------|------|
| Fundamentos de Contabilidade Geral e Pública | 01 a 15 | 1,5 |
| Fundamentos de Auditoria | 16 a 30 | |
| Direito Constitucional | 31 a 45 | |
| Direito Administrativo | 46 a 60 | |

Boa Prova !

FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE GERAL

01- Na última feira agropecuária havida em nossa região, a empresa adquiriu dois touros a R\$ 50.000,00 cada um, emitindo cheque de 20% e aceitando 5 duplicatas mensais de igual valor.

No dia seguinte, a empresa aceitou vender um desses animais por R\$ 60.000,00, recebendo apenas um cheque de 40% e a promessa de receber o restante em noventa dias.

Contabilizando-se as operações indicadas, sem levar em conta quaisquer implicações de ordem tributária, pode-se dizer que o ativo da empresa aumentou

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 60.000,00
- c) R\$ 64.000,00
- d) R\$ 90.000,00
- e) R\$ 160.000,00

02- Os seguintes fatos foram praticados pela empresa Alfa & Cia. Ltda.:

1. pagamento de imposto atrasado no valor de R\$ 500,00, com juros de 10%;
2. recebimento de título no valor de R\$ 400,00, com juros de 10%;
3. pagamento de juros do mês corrente no valor de R\$ 400,00;
4. compra de móveis para venda, por R\$ 2.200,00, pagando uma entrada de 20% e o restante a prazo.

Após contabilizar as operações no livro Diário, poderemos dizer que, com elas

- a) o passivo aumentou R\$ 1.760,00
- b) o ativo aumentou R\$ 850,00
- c) o ativo aumentou R\$ 2.640,00
- d) o passivo diminuiu R\$ 1.260,00
- e) o resultado do exercício diminuiu R\$ 390,00

03- Observe a seguinte operação, que constitui um fato contábil:

“Recebimento, em cheque do Banco S/A, de uma duplicata, no valor de R\$ 500,00, com desconto de 5%”.

O lançamento correto para contabilizar o fato acima indicado será:

- a) Diversos
 - a Duplicatas a Receber
 - Pela quitação que ora se faz, como segue:
 - Caixa
 - Valor líquido ora recebido, em cheque 475,00
 - Descontos Passivos
 - Valor de 5% concedido como desconto 25,00 500,00
- b) Diversos
 - a Duplicatas a Receber
 - Pela quitação que ora se faz, como segue:
 - Bancos c/Movimento
 - Valor líquido ora recebido, em cheque 475,00
 - Descontos Passivos
 - Valor de 5% concedido como desconto 25,00 500,00
- c) Duplicatas a Receber
 - a Diversos
 - Pela quitação que ora se faz, como segue:
 - a Bancos c/Movimento
 - Valor líquido ora recebido, em cheque 500,00
 - a Descontos Passivos
 - Valor de 5% obtido como desconto 25,00 525,00
- d) Diversos
 - a Bancos c/Movimento
 - Pela quitação que ora se faz, como segue:
 - Duplicatas a Receber
 - Valor líquido ora recebido, em cheque 500,00
 - Descontos Passivos
 - Valor de 5% concedido como desconto 25,00 525,00
- e) Diversos
 - a Títulos a Receber
 - Pela quitação que ora se faz, como segue:
 - Bancos c/Movimento
 - Valor líquido ora recebido, em cheque 475,00
 - Descontos Ativos
 - Valor de 5% concedido como desconto 25,00 500,00

04- Entre as cinco opções abaixo apenas uma contém somente contas de saldo devedor. Assinale-a.

- a) Capital, Contas a Pagar, Empréstimos Bancários, Caixa.
- b) Impostos, Salários, Caixa, Juros Ativos e Fornecedores.
- c) Clientes, Fornecedores, Caixa, Mercadorias, Imóveis.
- d) Impostos, Clientes, Juros Passivos, Caixa, Salários.
- e) Veículos, Estoques, Impostos a Recolher, Provisão para Férias.

05- Em outubro de 2000, a empresa adquiriu um caminhão por R\$ 50.000,00. O procedimento usual de depreciação utilizou o método linear, com resíduo estimado em 10% e vida útil prevista para 5 anos.

No balanço patrimonial de 2003, encerrado em 31 de dezembro, a conta Depreciação Acumulada, em relação a esse veículo, deverá ter saldo credor de

- a) R\$ 36.000,00
- b) R\$ 32.500,00
- c) R\$ 29.250,00
- d) R\$ 10.000,00
- e) R\$ 9.000,00

06- As mercadorias são itens de alta rotação, que sofrem movimentação constante. Por isso, demandam o uso de critérios matemáticos para sua avaliação. Um desses critérios é o "custo médio ponderado".

Vejamos o exemplo abaixo:

- estoque inicial de 100 unidades ao custo unitário de R\$ 20,00
- compras de 100 unidades ao custo unitário de R\$ 30,00
- vendas de 140 unidades ao preço unitário de R\$ 35,00
- compras de 50 unidades ao custo unitário de R\$ 40,00

Se o fluxo físico ocorreu na ordem indicada, o critério de avaliação é a média ponderada móvel e não houve outras implicações, podemos dizer que o estoque final será de

- a) R\$ 3.080,00
- b) R\$ 3.300,00
- c) R\$ 3.500,00
- d) R\$ 3.575,00
- e) R\$ 3.850,00

07- A empresa Só Flores & Frutas apresenta os seguintes saldos extraídos do livro Razão em 31.12.02:

| Contas | Saldos |
|----------------------------|------------|
| Cientes | R\$ 90,00 |
| Bancos C/Movimento | R\$ 75,00 |
| Custo de Vendas | R\$ 135,00 |
| Duplicatas a Pagar | R\$ 240,00 |
| Salários | R\$ 45,00 |
| Máquinas e Equipamentos | R\$ 180,00 |
| Empréstimos | R\$ 145,00 |
| Receitas de Vendas | R\$ 320,00 |
| Prejuízos Acumulados | R\$ 30,00 |
| Juros Ativos | R\$ 60,00 |
| Impostos a Recolher | R\$ 120,00 |
| Veículos | R\$ 150,00 |
| Capital Social | R\$ 225,00 |
| Nota Promissória a Receber | R\$ 150,00 |
| Estoque de Bens de Consumo | R\$ 230,00 |
| Aluguéis Passivos | R\$ 25,00 |

Considerando exclusivamente os saldos acima apresentados, sem nenhuma implicação de ordem tributária ou qualquer distribuição de resultados, podemos afirmar que

- o resultado do exercício foi lucro líquido de R\$ 145,00.
- o balanço patrimonial tem passivo exigível no valor de R\$ 530,00.
- o capital próprio tem o valor de R\$ 690,00.
- o balanço patrimonial tem ativo total no valor de R\$ 1.020,00.
- o balancete de verificação fecha no valor de R\$ 1.110,00.

FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

08- Sobre a Contabilidade Pública no Brasil, não podemos afirmar que:

- é instrumento de registro e controle da execução do Orçamento aprovado pelo Poder Legislativo.
- registra a fixação da receita e a previsão da despesa.
- não contabiliza praças e arruamentos.
- adota, para apuração de resultados, o regime contábil misto, isto é, regime de caixa para receitas e de competência para despesas.
- adota o sistema de partidas dobradas.

09- Sobre o campo de aplicação da Contabilidade Pública no Brasil, podemos afirmar que:

- não inclui as empresas estatais de capital aberto (sociedades de economia mista).
- os municípios, como esferas autônomas, não se submetem aos ditames da Lei nº 4.320/64.
- inclui o Sistema "S" (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT) por receberem recursos parafiscais.
- inclui a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme definido na Constituição Federal de 1988.
- não inclui as fundações públicas.

10- Os créditos adicionais podem ser classificados como:

- suplementares, quando destinados a despesas urgentes e imprevistas.
- especiais, quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- extraordinários, quando destinados a reforço de dotação orçamentária.
- complementares, quando destinados a reforço de dotação orçamentária.
- ordinários, quando destinados a despesas com créditos insuficientes.

11- Sobre a destinação de recursos públicos para o setor privado destinados a, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas, consoante os arts. 26, 27 e 28 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, podemos afirmar que:

- os valores transferidos não precisam atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo, porém, estar previstos no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- não se aplica a sociedades de economia mista.
- não podem ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

- d) a LRF não proíbe que o Banco Central do Brasil conceda às instituições financeiras operações de redesconto e empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.
- e) não se aplica a empresas públicas.
- 12- Sobre as Despesas Públicas da União não se pode afirmar que:
- a) são estágios da despesa orçamentária o empenho, a liquidação e o pagamento.
- b) o pagamento de juros e encargos da dívida se caracteriza como despesa corrente.
- c) amortização da dívida é uma despesa de capital.
- d) inversões financeiras são definidas como despesas de capital.
- e) investimentos são classificados como despesas correntes.
- 13- Sobre as Receitas Públicas da União, indique a opção correta.
- a) a arrecadação consiste na entrega dos recursos ao Tesouro Nacional.
- b) como receitas correntes podemos citar as receitas tributárias e as oriundas de operações de crédito.
- c) como receitas de capital, podemos citar aquelas derivadas de alienações de bens imóveis e de recebimento de taxas por prestação de serviços.
- d) a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional caracteriza-se como receita corrente.
- e) multas e juros de mora sobre impostos caracterizam-se como receitas correntes.
- 14- Entre as seguintes opções, indique a que caracteriza uma interferência passiva:
- a) cota recebida.
- b) despesas de capital.
- c) repasse concedido.
- d) desincorporações de bens e direitos.
- e) alienações de bens e direitos.
- 15- Por Mutações Ativas entende-se:
- a) variações patrimoniais ativas orçamentárias que caracterizam a aquisição de bens e direitos ou amortização de dívida passiva.
- b) variações patrimoniais ativas extra-orçamentárias que caracterizam a alienação de bens e direitos ou recebimento de dívida ativa.
- c) variações patrimoniais passivas orçamentárias que caracterizam a aquisição de bens e direitos ou amortização de dívida passiva.
- d) variações patrimoniais passivas extra-orçamentárias que caracterizam a alienação de bens e direitos ou amortização de dívida passiva.
- e) variações patrimoniais ativas extra-orçamentárias que caracterizam a aquisição de bens e direitos ou amortização de dívida passiva.

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA

- 16- O auditor, ao realizar auditoria pela primeira vez em uma entidade, deverá contemplar os seguintes procedimentos, exceto:
- a) a verificação da uniformidade das práticas contábeis aplicadas nas demonstrações financeiras objeto da auditoria.
- b) o exame de adequação dos saldos finais do exercício anterior com os saldos iniciais do exercício atual, nas demonstrações financeiras objeto da auditoria.
- c) a identificação de fatos relevantes que possam afetar as atividades da entidade objeto da auditoria.
- d) a realização dos trabalhos visando o cumprimento das horas negociadas, independente de evidenciar que as normas de auditoria foram aplicadas.
- e) a identificação de eventos subsequentes relevantes ao exercício anterior às demonstrações financeiras objeto da auditoria.
- 17- Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer de seus trabalhos, o auditor tem o dever de
- a) exigir a demissão dos envolvidos, só emitindo parecer quando constatar que a entidade cumpriu sua determinação.
- b) comunicar à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- c) formalizar a entidade e recomendar que as demonstrações sejam corrigidas de forma a apresentar as fraudes de forma menos evidente.
- d) informar aos administradores da entidade e sugerir medidas punitivas aos responsáveis de forma a não ter que evidenciar em seu parecer.
- e) recomendar que a entidade omita a ocorrência dos fatos para permitir que ele emita parecer sem ressalva.

18- Com relação às estimativas contábeis praticadas pela empresa objeto da auditoria, podemos afirmar que

- a) são de responsabilidade do auditor da entidade e se baseiam em fatores objetivos e subjetivos requerendo o seu julgamento.
- b) o auditor não tem responsabilidade de certificar-se dos procedimentos e métodos utilizados pela entidade para determinação das estimativas.
- c) o auditor não deve basear-se em posições de períodos anteriores da empresa para não se influenciar por efeitos passados.
- d) o auditor pode basear-se em conhecimentos básicos e incompletos dos controles internos e procedimentos da entidade.
- e) o auditor deve assegurar-se da razoabilidade das estimativas, individualmente consideradas, quando estas forem relevantes.

19- Representa procedimento a ser executado em avaliação de contingências, exceto:

- a) discussão com o Judiciário acerca dos valores a serem apresentados pela entidade no balanço.
- b) obtenção de cartas dos advogados da entidade quanto à existência de contingências.
- c) discussão com os advogados da entidade acerca das perspectivas de desfecho dos processos.
- d) discussão com os administradores acerca dos valores a serem apresentados no balanço.
- e) discussão com a administração da entidade acerca das políticas e procedimentos adotados.

20- Dos fatores a seguir, qual não corresponde a impedimento para emissão de parecer sem ressalva?

- a) Demonstrações contábeis com relevantes alterações na forma de apresentação legal estabelecida pela CVM.
- b) Limitação na extensão do trabalho de auditoria elaborado sobre as demonstrações contábeis auditadas.
- c) Quando houver certeza de que as demonstrações contábeis possuem alterações relevantes e que os efeitos foram avaliados e aceitos e estão devidamente revelados.
- d) Quando houver descumprimento dos Princípios Fundamentais da Contabilidade, que gere efeitos relevantes não ajustados nem evidenciados.
- e) Quando houver conflito entre as normas gerais de contabilidade e as normas contábeis específicas de uma atividade.

21- Em relação ao planejamento da auditoria:

- I. O auditor deve planejar seu trabalho consoante a Normas Profissionais de Auditor Independente e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade.
- II. O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica, deve prever a orientação e supervisão do auditor, que assumirá responsabilidades sobre a parte dos trabalhos por ele executados.
- III. Os programas de trabalho devem ser detalhados de forma a servir como guia e meio de controle de sua execução.

Com relação às sentenças acima, podemos afirmar que:

- a) I. verdadeira. II falsa. III. falsa.
- b) I. falsa. II verdadeira. III. falsa.
- c) I. verdadeira. II verdadeira. III. verdadeira.
- d) I. falsa. II falsa. III. falsa.
- e) I. verdadeira. II falsa. III. verdadeira.

22- A data do parecer de auditoria deverá ser a mesma data:

- a) do encerramento dos trabalhos de auditoria na entidade.
- b) da publicação das demonstrações contábeis ao público.
- c) do encerramento dos relatórios de auditoria pela firma.
- d) do envio das demonstrações contábeis para o jornal.
- e) das demonstrações contábeis objeto da auditoria na entidade.

23- O auditor, para determinar a extensão de um teste de auditoria, pode recorrer a técnicas de amostragem. Qual dos fatores abaixo não corresponde a um fator a ser levado em consideração na determinação da amostra?

- a) tamanho da amostra
- b) risco de amostragem
- c) erro tolerável
- d) erro esperado
- e) uniformidade

24- São consideradas situações de eventos subseqüentes para a auditoria, exceto fatos ocorridos:

- a) após a publicação do balanço e do parecer de auditoria.
- b) durante o exercício contábil objeto da auditoria.
- c) da data de fechamento do balanço até a data de emissão do parecer.
- d) durante a publicação do balanço e do parecer de auditoria.
- e) depois do término dos trabalhos de campo e emissão do parecer e antes da data de publicação.

25- O auditor, ao avaliar a continuidade normal da entidade auditada, constatou que a empresa estava com seu Patrimônio Líquido negativo, havia distribuído dividendos, inferior ao que o estatuto da empresa determinava, e, em decorrência de um acidente ocasionado pelo uso de seu produto, teve substancial perda de mercado. Com base nos dados apresentados e de acordo com a NBC-T 11, podemos afirmar que os mesmos correspondem, respectivamente, a indicador:

- a) contábil, financeiro e de operação.
- b) de operação, outra indicação e financeiro.
- c) financeiro, contábil e de operação.
- d) financeiro, outra indicação e de operação.
- e) outra referência, contábil e financeiro.

26- A avaliação de riscos de controle é:

- a) o processo de avaliação da eficácia dos controles internos na detecção de erros ou classificações devidas nas demonstrações contábeis.
- b) o procedimento de avaliação da eficiência dos controles externos na eliminação de erros ou classificações indevidas nas demonstrações contábeis.
- c) o processo de avaliação da eficácia dos controles internos na detecção de erros ou classificações indevidas nas demonstrações contábeis.
- d) a incapacidade de avaliação da eficiência dos controles internos na retificação dos erros e fraudes nas demonstrações contábeis.
- e) a capacidade de detecção de operações que eliminem os erros ou classificações devidas nas demonstrações contábeis com o objetivo de mudá-las.

27- A empresa Modernidade S.A. possui controles internos rígidos com relação à emissão e à autorização de pagamentos por meio de cheques. Exige sempre assinatura de dois procuradores da empresa. O gerente financeiro e o diretor financeiro possuem procurações para exercer essa função. O auditor, ao entrar na sala do gerente financeiro, percebe um talonário de cheques sem preenchimento de valores, assinado pelo diretor financeiro. Indique, nas opções abaixo, o procedimento técnico básico que o auditor está aplicando:

- a) observação
- b) investigação
- c) cálculo
- d) revisão
- e) inspeção

28- Se o auditor, durante a revisão analítica, não obtiver informações suficientes e constatar que o valor envolvido é expressivo em relação à posição patrimonial e financeira e ao resultado das operações, deverá confirmar os valores a receber e a pagar por meio de:

- a) procedimento de análise das notas fiscais de venda e compra e os valores contabilizados e recomendar o inventário físico à entidade, executando os testes de contagem física e procedimentos complementares.
- b) confirmação de existência documental e revisar o inventário físico realizando a contagem física e procedimentos complementares.
- c) declaração de existência e consistência apresentada pelos administradores da empresa e confirmada pelo contador.
- d) comunicação direta com os terceiros e acompanhar o inventário físico realizado pela entidade, executando os testes de contagem física e procedimentos complementares.
- e) elaboração dos lançamentos contábeis e do inventário físico para certificação de que todos os fatos foram registrados.

29- Não é função da auditoria interna avaliar a

- a) eficácia dos processos dos controles internos.
- b) eficiência dos sistemas de informações.
- c) eficiência dos processos de produção.
- d) integridade do ambiente de controles internos.
- e) economicidade dos controles internos.

30- Conforme estabelecido na NBC-T 12.1.3, a definição de fraude para a auditoria interna é

- a) o ato não-intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- b) o ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- c) o ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, não considerando as faltas físicas, somente as faltas monetárias.
- d) o ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, considerando as faltas físicas e não considerando as faltas monetárias.
- e) o ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31- Analise as assertivas a seguir, relativas à Teoria Geral do Estado, aos poderes do Estado e suas respectivas funções e à Teoria Geral da Constituição, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo a melhor doutrina, a soberania, em sua concepção contemporânea, constitui um atributo do Estado, manifestando-se, no campo interno, como o poder supremo de que dispõe o Estado para subordinar as demais vontades e excluir a competição de qualquer outro poder similar.
- () Em um Estado Parlamentarista, a chefia de governo tem uma relação de dependência com a maioria do Parlamento, havendo, por isso, uma repartição, entre o governo e o Parlamento, da função de estabelecer as decisões políticas fundamentais.
- () Em sua concepção materialista ou substancial, a Constituição se confundiria com o conteúdo de suas normas, sendo pacífico na doutrina quais seriam as matérias consideradas como de conteúdo constitucional e que deveriam integrar obrigatoriamente o texto positivado.

() Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos histórico-temporais.

() A idéia de uma Constituição escrita, consagrada após o sucesso da Revolução Francesa, tem entre seus antecedentes históricos os pactos, os forais, as cartas de franquia e os contratos de colonização.

a) V, V, V, F, V

b) V, V, F, F, V

c) F, F, V, V, F

d) F, F, F, V, V

e) V, V, F, V, V

32- Analise as assertivas a seguir, relativas à Supremacia da Constituição, tipos e classificações de Constituição, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

() A existência de supremacia formal da constituição independe da existência de rigidez constitucional.

() Na história do Direito Constitucional brasileiro, apenas a Constituição de 1824 pode ser classificada, quanto à estabilidade, como uma constituição semi-rígida.

() As constituições outorgadas, sob a ótica jurídica, decorrem de um ato unilateral de uma vontade política soberana e, em sentido político, encerram uma limitação ao poder absoluto que esta vontade detinha antes de promover a outorga de um texto constitucional.

() Segundo a melhor doutrina, a tendência constitucional moderna de elaboração de Constituições sintéticas se deve, entre outras causas, à preocupação de dotar certos institutos de uma proteção eficaz contra o exercício discricionário da autoridade governamental.

() Segundo a classificação das Constituições, adotada por Karl Lowenstein, uma constituição nominativa é um mero instrumento de formalização legal da intervenção dos dominadores de fato sobre a comunidade, não tendo a função ou a pretensão de servir como instrumento limitador do poder real.

a) F, V, V, F, V

b) V, F, V, F, F

c) F, V, F, F, V

d) F, V, V, F, F

e) V, V, F, V, V

33- Analise as assertivas a seguir, relativas ao poder constituinte e princípios constitucionais, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo a melhor doutrina, a característica de subordinado do poder constituinte derivado refere-se exclusivamente à sua sujeição às regras atinentes à forma procedimental pela qual ele irá promover as alterações no texto constitucional.
- () O plebiscito consiste em uma consulta feita ao titular do poder constituinte originário, o qual, com sua manifestação, irá ratificar, ou não, proposta de emenda à constituição ou projeto de lei já aprovado pelo Congresso Nacional.
- () Segundo precedente do STF, no caso brasileiro, não é admitida a posição doutrinária que sustenta ser o poder constituinte originário limitado por princípios de direito suprapositivo.
- () Segundo a melhor doutrina, a aprovação de emenda constitucional, alterando o processo legislativo da própria emenda, ou revisão constitucional, tornando-o menos difícil, não seria possível, porque haveria um limite material implícito ao poder constituinte derivado em relação a essa matéria.
- () Segundo a melhor doutrina, o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que previa a revisão constitucional após cinco anos, contados de sua promulgação, é uma limitação temporal ao poder constituinte derivado.

- a) F, F, V, F, F
- b) F, F, V, V, F
- c) V, F, F, F, F
- d) F, V, V, V, V
- e) V, F, F, V, V

34- Analise as assertivas a seguir, relativas às normas constitucionais e inconstitucionais, poder de reforma e revisão constitucional e princípio hierárquico das normas, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo o STF, é possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais resultantes de aprovação de propostas de emenda à constituição, desde que o constituinte derivado não tenha obedecido às limitações materiais, circunstanciais ou formais, estabelecidas no texto da CF/88, pelo constituinte originário.
- () A distinção doutrinária, entre revisão e reforma constitucional, materializou-se na CF/88, uma vez que o atual texto constitucional brasileiro diferencia tais processos, ao estabelecer entre eles distinções quanto à forma de reunião do Congresso Nacional e quanto ao quorum de deliberação.
- () A extrapolação, pelo Poder Executivo, no uso do seu poder regulamentar, caracteriza, segundo a jurisprudência do STF, uma ilegalidade e não uma inconstitucionalidade, uma vez que não há ofensa direta à literalidade de dispositivo da Constituição.
- () Segundo a jurisprudência do STF, se uma lei complementar disciplinar uma matéria não reservada a esse tipo de instrumento normativo, pelo princípio da hierarquia das leis, não poderá uma lei ordinária disciplinar tal matéria.
- () Segundo a CF/88, a Constituição Estadual deverá obedecer aos princípios contidos na Constituição Federal, porém, nas matérias em que não haja setores legislativos concorrentes entre União e Estados, não haverá subordinação das leis estaduais às leis federais.

- a) V, V, V, F, V
- b) F, F, F, F, V
- c) F, V, F, F, F
- d) V, V, F, V, F
- e) V, V, V, V, V

35- Analise as assertivas a seguir, relativas aos princípios fundamentais e aos princípios constitucionais da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo a melhor doutrina, os princípios constitucionais positivos se dividem em princípios político-constitucionais e princípios jurídico-constitucionais, sendo estes últimos também denominados como princípios constitucionais fundamentais.
- () A possibilidade de intervenção da União nos Estados onde não ocorra a prestação de contas da administração pública, direta e indireta, é uma exceção ao princípio federativo que tem por objetivo a defesa do princípio republicano.
- () Na competência legislativa concorrente, em face de omissão legislativa da União, prevê a CF/88 a competência legislativa plena de Estados e Distrito Federal.
- () A autonomia financeira dos municípios, reconhecida em razão do princípio federativo, adotado pela CF/88, implica a existência de autonomia para a instituição de seus tributos e gestão de suas rendas.
- () A possibilidade de a União instituir, mediante lei complementar, imposto não previsto expressamente como sendo um imposto de competência da União, desde que seja não-cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios de outros impostos discriminados na CF/88, constitui uma competência legislativa residual.

- a) F, F, V, V, V
- b) V, V, F, F, V
- c) F, V, V, V, V
- d) V, F, F, V, F
- e) F, F, V, V, F

36- Na questão a seguir, relativa a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o direito à inviolabilidade da honra, pela natureza subjetiva desse atributo, não se aplica à pessoa jurídica.
- b) Como forma de assegurar os objetivos da igualdade tributária, que tem natureza distributiva, a CF/88, expressamente, faculta à administração tributária identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

- c) Segundo precedentes do STF, em um processo criminal, é possível a recusa pelo juiz da tomada de depoimento de uma testemunha arrolada pelo advogado do Réu, sem ofensa ao princípio da ampla defesa, quando, de forma evidente, tratar-se de testemunha imprestável para o processo.
- d) Segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal, toda norma constitucional de aplicabilidade imediata, mesmo as decorrentes de emenda à Constituição, possui uma retroatividade mínima, que alcança efeitos futuros de fatos passados, porém não pode a emenda constitucional, em respeito à estabilidade dos direitos subjetivos, alcançar os efeitos já produzidos mas não consumados de fatos passados e os efeitos produzidos e consumados de fatos passados.
- e) Embora qualquer pessoa tenha legitimidade ativa para propor *habeas corpus*, a seu favor ou de terceiro, independentemente de sua capacidade civil e política, segundo a jurisprudência dos Tribunais, essa legitimidade ativa não se estende ao menor de dezoito anos, em razão dos requisitos essenciais para a validade dos atos judiciais.

37- Na questão abaixo, relativa a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência do STF, havendo mais de um sindicato constituído na mesma base territorial, a sobreposição deve ser resolvida com base no princípio da anterioridade, cabendo a representação da classe trabalhadora à organização que primeiro efetuou o registro sindical.
- b) Segundo a jurisprudência do STF, a estabilidade do dirigente sindical, no caso do servidor público, estende-se inclusive ao cargo em comissão eventualmente por ele ocupado à época de sua eleição.
- c) Segundo a jurisprudência dos Tribunais, a interposição de Mandado de Segurança Coletivo por sindicatos ou associações legitimadas não dispensa a juntada de procuração individual por parte dos integrantes da coletividade, unida pelo vínculo jurídico comum.
- d) A decretação de greve por questões salariais, fora da época de dissídio coletivo, não encontra respaldo no direito de greve definido no texto constitucional.
- e) A participação dos empregados nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais sejam objeto de deliberação, nos termos da CF/88, depende da existência de número mínimo de empregados registrados na categoria.

38- Analise as assertivas a seguir, relativas à organização político-administrativa do Estado brasileiro, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Nos termos hoje definidos na CF/88, não é possível a criação de novos municípios no Brasil, uma vez que ainda não foi elaborada, pela União, a lei complementar que definirá o período em que esses municípios poderão ser criados.
- () Embora os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva sejam bens da União, a Constituição Federal assegura aos Estados a participação no resultado da exploração de petróleo localizado na plataforma continental correspondente à extensão da área territorial do Estado.
- () Nos termos da CF/88, a responsabilidade civil por danos nucleares, independentemente da existência de culpa, é da União, respondendo a Unidade Federada, subsidiariamente, apenas se demonstrada sua culpa *in vigilando*.
- () Pertencem aos Estados as ilhas fluviais e lacustres que não se encontrem nas zonas limítrofes com outros países ou na divisa com outros Estados da Federação.
- () Compete aos municípios explorar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluídos o de transporte coletivo e os serviços locais de gás canalizado.

- a) V, V, F, V, V
- b) F, F, F, F, F
- c) F, V, F, F, V
- d) V, V, V, F, V
- e) V, V, F, F, F

39- Na questão a seguir, relativa à Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) Segundo a jurisprudência do STF, não é permitida a regionalização de critérios de concorrência em concursos para acesso a cargos públicos, por ofensa ao princípio da universalidade que informa esse tipo de concurso.
- b) Segundo precedentes do STF, o art. 39, § 4º, da CF/88, que define a composição dos subsídios, é dispositivo de eficácia limitada que só terá eficácia plena após a edição da lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da República e do Supremo Tribunal Federal.
- c) Nos termos da CF/88, não há possibilidade de acumulação de proventos da inatividade, decorrente de aposentadoria em cargo público, com a remuneração de qualquer outro cargo público efetivo.

- d) Segundo a CF/88, não é possível a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência do servidor público.
- e) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

40- Na questão abaixo, relativa à organização político-administrativa do Estado, marque a única opção correta.

- a) Segundo a CF/88, as eleições para Prefeito seguirão as mesmas regras definidas na Constituição para a eleição do Presidente da República, se o município tiver mais de duzentos mil habitantes.
- b) Segundo a CF/88, a Câmara Municipal não poderá gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, não sendo incluído nesse percentual o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- c) Com relação ao controle interno nos municípios, a CF/88 só prevê expressamente a existência de sistemas de controle interno no Poder Executivo municipal, o que não impede que a lei orgânica municipal preveja a existência de controle interno no âmbito do Poder Legislativo.
- d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, é meramente indicativo, podendo ser rejeitado pela maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.
- e) Segundo o STF, por falta de previsão expressa no texto da CF/88, não é possível ao Tribunal de Justiça do Estado requisitar a intervenção estadual no município, na hipótese de descumprimento por este de ordem ou decisão judicial.

41- Na questão abaixo, relativa à organização dos Poderes e Ministério Público, marque a única opção correta.

- a) Admitida pela Câmara dos Deputados a denúncia ou queixa contra o Presidente da República por prática de crime comum, está o Supremo Tribunal obrigado a receber a denúncia ou queixa, dando início ao processo penal.
- b) É obrigatória a audiência, pelo Presidente da República, do Conselho de Defesa Nacional, na hipótese de decretação do Estado de Defesa, sendo a sua manifestação vinculante apenas quando sua posição for contrária à decretação da medida.
- c) Segundo o entendimento do STF, os Ministros nomeados para os Tribunais Superiores, oriundos da advocacia, adquirem estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- d) Segundo a CF/88, são irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- e) Segundo o entendimento do STF, a vedação ao membro do Ministério Público (MP) de exercício da advocacia não se aplica nos processos penais em que o membro do MP apresentar sua defesa, atuando em causa própria.

42- Analise as assertivas a seguir, relativas à organização dos Poderes e Ministério Público, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () A perda de mandato de um Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
- () Nos termos da CF/88, o Presidente da República só poderá solicitar urgência para apreciação de proposição que verse sobre matéria cujo projeto de lei seja de sua iniciativa privativa.
- () Aprovado, pelo Congresso Nacional, projeto de lei de conversão, alterando o texto original da medida provisória, esta só perderá sua vigência quando o projeto for sancionado ou vetado pelo Presidente da República, ainda que isso ocorra após o prazo máximo de cento e vinte dias contados de sua edição.
- () Segundo a CF/88, o julgamento das contas da Mesa da Assembléia Legislativa é de competência do Tribunal de Contas do Estado, não sendo sua decisão meramente opinativa.

() Segundo a CF/88, o Tribunal de Contas poderá sustar diretamente a execução de contratos administrativos, desde que o responsável pela execução do contrato não adote no prazo assinado as providências necessárias para o exato cumprimento da lei.

- a) V, F, F, F, F
- b) F, F, V, F, F
- c) F, V, V, V, V
- d) F, F, V, V, F
- e) V, V, V, V, V

43- Analise as assertivas a seguir, relativas ao Sistema Tributário Nacional, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo precedentes do STF, é constitucional a cobrança pelo município de Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre a locação de aparelhos, mesas e terminais de telefonia e de telecomunicações.
- () Segundo precedentes do STF, a revogação de isenção torna o tributo imediatamente exigível, não se aplicando, nessa hipótese, o princípio da anterioridade.
- () Segundo a jurisprudência do STF, a anistia tributária, por ser matéria de competência municipal em relação aos tributos que lhe cabe instituir, pode ser estabelecida na lei orgânica do município.
- () Segundo precedentes do STF, a imunidade tributária, concedida pelo texto constitucional para instituições de assistência social sem fins lucrativos, impede a cobrança de IPTU sobre imóveis da entidade destinados à residência de membros dessa entidade beneficente.
- () A imunidade recíproca, prevista na CF/88, impede a incidência de tributos sobre o patrimônio e rendas dos entes federados, mas essa imunidade não afasta a incidência de impostos sobre os valores investidos, pelo membro da federação, no mercado financeiro e as rendas auferidas desse investimento.

- a) V, V, F, V, F
- b) F, F, V, F, F
- c) F, V, V, F, V
- d) V, F, F, V, V
- e) V, F, V, V, F

44- Na questão abaixo, relativa às finanças públicas, marque a única opção correta.

- a) Segundo a CF/88, as disponibilidades de caixa dos municípios poderão ser depositadas em instituições financeiras oficiais ou privadas, a critério do município.
- b) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, unicameral.
- c) Segundo a CF/88, é possível o uso de Medida Provisória com a finalidade de abertura de crédito extraordinário para atender a despesas decorrentes de cominação interna.
- d) A CF/88 autoriza, em caráter excepcional, a concessão de empréstimos, pelo Governo Federal, a municípios, inclusive por antecipação de receita, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.
- e) A vedação de vinculação de receita de impostos a despesas, prevista na CF/88, impede a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos municipais para a prestação de garantia à União.

45- Analise as assertivas a seguir, relativas às políticas públicas, e marque com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () Segundo a CF/88, um dos requisitos da função social da propriedade é a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- () Por serem de relevância pública as ações e serviços de saúde, é entendimento do STF que o Ministério Público Federal está autorizado a ajuizar ação civil pública contra a contratação de rede hospitalar privada, no âmbito do SUS, sem o devido processo licitatório.
- () Segundo entendimento do STF, a gestão democrática do ensino público impõe a adoção da eleição para o provimento dos cargos de direção dos estabelecimentos de ensino público.
- () A CF/88 estabelece que União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, cabendo aos municípios atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e médio e, aos Estados, atuar, prioritariamente, nos ensinos médio e superior.
- () O ato de outorga de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens é competência privativa do Poder Executivo, participando o Poder Legislativo do processo apenas quando se tratar de ato de renovação de concessão.

- a) V, V, F, V, V
- b) F, F, V, F, F
- c) F, V, V, V, V
- d) V, F, F, F, F
- e) V, V, F, F, F

DIREITO ADMINISTRATIVO

46- No contexto da Administração Pública Federal, o que distingue e/ou assemelha os órgãos da Administração Direta em relação às entidades da Administração Indireta, é que

- a) os primeiros integram a estrutura orgânica da União e as outras não.
- b) os primeiros são dotados de personalidade jurídica de direito público, as outras são de direito privado.
- c) são todos dotados de personalidade jurídica de direito público.
- d) são todos dotados de personalidade jurídica de direito privado.
- e) todos integram a estrutura orgânica da União.

47- As entidades políticas e administrativas, centralizadas ou descentralizadas, são criadas por lei.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque as entidades políticas estatais são de sede constitucional e as administrativas é que são criadas por lei.
- c) Incorreta a assertiva, porque as entidades políticas estatais são de sede constitucional e as administrativas paraestatais são apenas autorizadas por lei.
- d) Incorreta a assertiva, porque as entidades políticas estatais e administrativas centralizadas são de sede constitucional e as paraestatais são criadas por lei.
- e) Incorreta a assertiva, porque por lei são criadas as entidades políticas estatais e as administrativas, dotadas que são de personalidade jurídica de direito público.

48- Entre os princípios básicos da Administração Pública, conquanto todos devam ser observados em conjunto, o que se aplica, particular e apropriadamente, à exigência de o administrador, ao realizar uma obra pública, autorizada por lei, mediante procedimento licitatório, na modalidade de menor preço global, no exercício do seu poder discricionário, ao escolher determinados fatores, dever orientar-se para o de melhor atendimento do interesse público, seria o da

- a) eficiência
- b) impessoalidade
- c) legalidade
- d) moralidade
- e) publicidade

- 49- O mérito administrativo, na atuação do administrador público, cujo controle jurisdicional sofre restrições, condiz em particular com o exercício regular do seu poder
- disciplinar
 - hierárquico
 - de polícia
 - discricionário
 - vinculado
- 50- Em face dos preceitos legais e doutrinários de direito administrativo vigentes, pode-se asseverar que
- os poderes disciplinar, discricionário, hierárquico, regulamentar, vinculado e de polícia podem ser exercitados por uma mesma autoridade, na prática de um só ato de gestão.
 - as contratações de compras, obras e serviços para a Administração Pública Federal devem ser precedidas de concorrência, tomada de preço ou carta-convite.
 - os contratos administrativos regidos pelo regime da Lei nº 8.666/93 são absolutamente comutativos e sinalagmáticos.
 - a presunção de legalidade dos atos administrativos, dotados do atributo de imperatividade, impõe-lhes a coercibilidade, mesmo sendo ilegais, enquanto não invalidados.
 - os servidores da Administração Pública Federal Direta e Indireta são regidos pelo regime jurídico único, da Lei nº 8.112/90.
- 51- Uma determinada autoridade administrativa, de um certo setor de fiscalização do Estado, ao verificar que o seu subordinado havia sido tolerante com o administrado incurso em infração regulamentar, da sua área de atuação funcional, resolveu avocar o caso e agravar a penalidade aplicada, no uso da sua competência legal, tem este seu procedimento enquadrado no regular exercício dos seus poderes
- disciplinar e vinculado
 - discricionário e regulamentar
 - hierárquico e de polícia
 - regulamentar e discricionário
 - vinculado e discricionário
- 52- Entre os elementos sempre essenciais à validade dos atos administrativos em geral, cuja preterição acarreta a sua nulidade, o caso específico de uma autoridade haver revogado certa autorização anteriormente dada, sob a alegação, nesse ato revogatório não declinada, de versar matéria não vedada em lei, mas estar afeta a outro setor da Administração, caracteriza vício de
- competência
 - forma
 - finalidade
 - motivo
 - objeto
- 53- O que, conceitualmente, é comum entre a concessão, a permissão e a autorização, sob o aspecto jurídico-administrativo, é o fato de terem
- a forma de contrato administrativo bilateral e oneroso.
 - o prazo fixo e peremptório.
 - por objeto um serviço público.
 - predominante dose de precariedade.
 - pressuposto de interesse público.
- 54- Um determinado ato administrativo, tido por ilegal, não chega a causar dano ou lesão ao direito de alguém ou ao patrimônio público, mas a sua vigência e eficácia, por ter caráter normativo continuado, pode vir a prejudicar o bom e regular funcionamento dos serviços de certo setor da Administração, razão pela qual, para a sua invalidação, torna-se particularmente cabível e/ou necessário
- aplicar o instituto da revogação.
 - aplicar o instituto da anulação.
 - aguardar reclamação ou recurso cabível.
 - o uso da ação popular.
 - o uso do mandado de segurança.
- 55- O procedimento apropriado, previsto na Lei nº 8.666/93, para alienar bens imóveis da União, cuja aquisição tenha decorrido de procedimento judicial ou dação em pagamento, é
- concorrência ou leilão
 - leilão ou pregão
 - pregão ou convite
 - dispensa de licitação
 - inexigibilidade de licitação

56- Dos atos da Administração Pública decorrentes de aplicação da Lei nº 8.666/93, em questões relativas a procedimentos licitatórios e/ou contratos administrativos, é cabível recurso

- a) no prazo de oito dias, no caso de licitação de licitante.
- b) no prazo de quinze dias, no caso de anulação da licitação.
- c) exceto no caso de revogação da licitação.
- d) sem efeito suspensivo, no caso de julgamento das propostas.
- e) com efeito suspensivo, no caso de inabilitação de licitante.

57- Nos contratos administrativos regidos pelo regime da Lei nº 8.666/93, é dispensável cláusula que estabeleça

- a) a possibilidade de suprimir serviços.
- b) a vinculação ao edital.
- c) o crédito pelo qual correrá a despesa.
- d) o regime de sua execução.
- e) os casos de rescisão.

58- Nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93, a Administração dispõe de certas prerrogativas especiais, mas mesmo assim, não pode ela

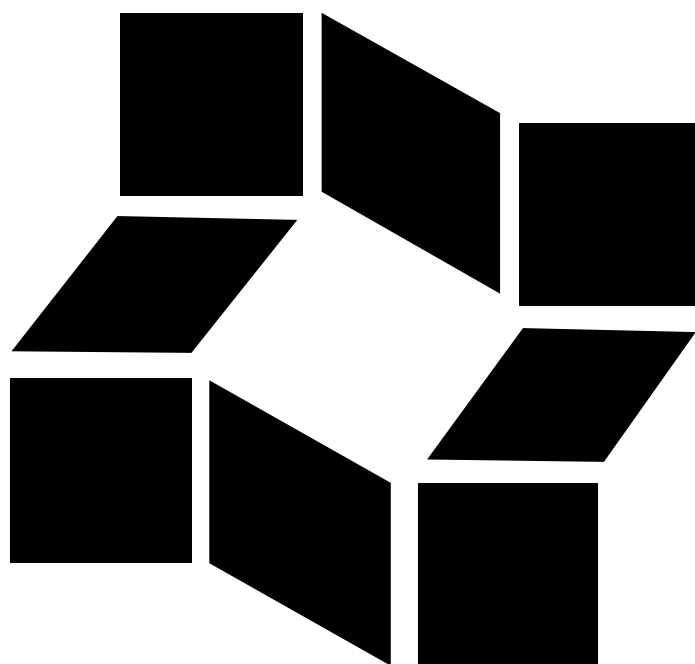
- a) aplicar sanções.
- b) descumprir condições do edital.
- c) modificá-los.
- d) ocupar bens do contratado.
- e) rescindi-los.

59- A destituição de cargo em comissão é prevista na Lei nº 8.112/90, especificamente, para quando o servidor

- a) perde o fator confiança.
- b) comete falta grave, no seu cargo efetivo.
- c) comete falta grave, mas não detém cargo efetivo.
- d) for demitido do seu cargo efetivo.
- e) renuncia ao exercício do seu comissionamento.

60- O nome que a Lei nº 8.112/90 dá ao instituto jurídico, pelo qual o servidor público, estável, retorna ao seu cargo anteriormente ocupado, por ter sido inabilitado no estágio probatório, relativo a outro efetivo exercido, também, na área federal, é

- a) aproveitamento
- b) readaptação
- c) readmissão
- d) reversão
- e) recondução



ESAF